

A PRODUÇÃO MERCANTIL EM EVOLUÇÃO HISTÓRICA

IURI CHICHKOV
doutor em Economia

A economia, a cultura e a vida política da sociedade soviética atravessam actualmente uma fase benéfica de modernização e depuração. Esta em curso um processo bastante complexo de dismantelamento dos métodos arraigados de gestão e das estruturas orgânicas. É uma tarefa de grande envergadura, susceptível de ter consequências sócio-económicas de enorme importância e autenticamente revolucionária em todos os sentidos, inclusive no plano teórico. Enquadra-se nela a imperiosa necessidade de fazer uma revisão capital dos conceitos teóricos obsoletos que durante décadas se foram acumulando tanto na economia política do socialismo como nos ramos aplicados da ciência económica.

Entre esses conceitos que têm impedido a compreensão correcta das funções do plano e do mercado no sistema de gestão da economia socialista encontra-se a tese de que o tipo de propriedade dos meios essenciais de produção é o factor determinante do sistema económico e das suas formas. Dai que tenha sido dado por evidente e indiscutível o pressagio, atribuído a Marx e Engels, sobre a iminência do predomínio absoluto da economia planificada no socialismo, a supressão dos mecanismos mercantis e a impossibilidade destas duas formas económicas coexistirem.

ATITUDE DÚPLICE DOS CLÁSSICOS DO MARXISMO

Karl Marx e Friedrich Engels, no entanto, nunca se meteram na elaboração pormenorizada dos mecanismos económicos da futura sociedade comunista, limitando-se a encarar essa problemática apenas no contexto do es-

tudo do capitalismo da sua época. As suas observações a este respeito são, por conseguinte, bastante fragmentárias e não passam de esboços muito vagos do quadro geral que os clássicos do marxismo não podiam nem tinham a intenção de pintar pela simples razão de serem adversários convictos de todos e quaisquer projectos de género utópico.

Uma análise meticulosa da sua herança teórica deixa transparente uma posição expressamente dúplice, em função do prisma, através do qual o problema em questão é encarado. O seu estudo, sob a óptica das futuras transformações no carácter da propriedade dos meios de produção, não deixa aparentemente lugar (segundo as leis da lógica) para as relações mercantis entre os produtores. Por outro lado, uma análise do problema do ponto de vista dos princípios gestionários, do registo e da medição da intensidade de trabalho por uma unidade de produção, muda radicalmente todo o quadro de forma que, o valor, com todos os seus atributos, se torne imprescindível pelo menos na fase inicial do comunismo.

Karl Marx acentuava, por exemplo, que «(...) uma vez suprimido o modo capitalista de produção mas conservada a produção social, a medição do valor continua a ser a nota dominante, colocando em primeiro plano, como nunca antes, o regulamento das horas de trabalho, a distribuição do trabalho social entre os diversos grupos envolvidos na produção e, finalmente, o cálculo e a escrituração que tudo isso abranje».

Pergunta-se: o que significa a medição do valor do ponto de vista do regulamento das horas de trabalho e da distribuição do trabalho social entre os diversos grupos envolvidos na

MUITO IMPORTANTE

produção? Marx mostrou que o valor de um artigo deriva da quantidade do trabalho socialmente necessário à sua produção, e não da sua quantidade gasta de facto. Só o mercado, a concorrência entre os produtos do trabalho de diversos indivíduos (ou colectivos de trabalhadores) em diversas condições técnico-económicas (melhores, médias ou piores) pode servir de critério para a medição do trabalho socialmente necessário. Dai a conclusão de que na sociedade funciona necessariamente o valor mercantil que reflecte a correlação efectiva de todos os produtos do trabalho representados no mercado e, ainda por cima, se encontra em dependência permanente de todas as alterações verificadas na procura dos artigos em questão.

Resumindo, os clássicos do marxismo não elaboraram uma teoria integral e terminante sobre a produção mercantil no comunismo, limitaram-se apenas a fazer algumas observações a este respeito. A sua herança teórica indica duas vias possíveis de evolução desta matéria bastante complexa, porém nenhuma dessas vias assenta em receitas categóricas e irrevogáveis.

EXPERIÊNCIA ECONÓMICA DO SOCIALISMO

A nova sociedade, que substituiu na Rússia o capitalismo em resultado da Revolução de Outubro de 1917, esbarrou desde o início com este problema teoricamente não estudado. A atitude dúbia dos clássicos do marxismo materializou-se logo em toda uma série de gravíssimos conflitos sociais e políticos que o recém-nascido Estado Soviético passou a enfrentar.

Os dirigentes soviéticos, com V.I. Lenine à cabeça, estavam de início firmemente dispostos a acabar, o mais rapidamente possível, com as relações monetário-mercantis. Lenine, já em princípios de 1919, formulou no projecto de novo Programa do Partido a seguinte tarefa estratégica: «(...) levar conseqüentemente a prática medidas tendentes a suprimir o comércio substituindo-o por uma distribuição planificada dos produtos a escala nacional» e procurar «(...) dar uma série de passos destinados a fomentar a praxe de ajustamento e pagamento sem dinheiro, de forma a preparar a liquidação deste último (...)».

Conforme este plano, em 1920 foram suprimidos os pagamentos pecuniários dentro do sector estatal pelo fornecimento de combustível,

matérias-primas, produtos acabados, pelos serviços de transporte, correio, telégrafo e telefone; extinto o Banco Nacional; anulado o pagamento pela assistência médica, correio e outros serviços à população. O abastecimento das empresas com meios técnicos, matérias-primas, etc., tal como o aprovisionamento da população com viveres, estavam racionados. Todavia, as trocas naturais, particularmente entre a cidade e o campo, provaram muito em breve a sua inconsistência.

V.I. Lenine, sendo um autêntico marxista e um político perspicaz, compreendeu e reconheceu o erro cometido. «(...) A nossa tentativa de passar directamente à produção e distribuição comunista foi um erro crasso», acentuou. E adiantou: «(...) A tentativa de implantar o comunismo redundou, na Primavera de 1921, numa derrota mais grave que qualquer dos reveses que tínhamos sofrido frente a Koltchak, Denikine ou Pilsudski (...)».

Foi em breve dada uma viragem radical para a «nova política económica» (NEP, segundo a sigla russa), no fulcro da qual estava o regresso ao mercado, embora subordinado à estratégia orientada explicitamente para a construção dos alicerces do socialismo. A NEP foi concebida por Lenine como um sistema baseado nos métodos económicos de gestão em combinação com as estruturas positivas criadas pelo capitalismo, e não como um retrocesso temporário. Foram, por exemplo, autorizados o comércio privado, o funcionamento de pequenas empresas capitalistas, o capitalismo estatal sob a forma de concessões, de arrendamento de fábricas e terra sob controlo do Estado, etc.

Lamentavelmente, V.I. Lenine não viveu o suficiente para elaborar uma teoria integral da economia socialista. Mas o legado teórico exposto nas suas últimas obras não deixa lugar para dúvidas de que esse sistema económico devia, na sua perspectiva, basear-se numa combinação do plano centralizado com o vasto aproveitamento dos estímulos propriamente económicos, a autonomia das empresas e a autogestão económica. Todavia, as complexas condições históricas em que, mais tarde, prosseguiu o desenvolvimento do país acabaram por privar a política económica da flexibilidade,

* Almirante Koltchak e general Denikine — caudilhos contra-revolucionários quando da Guerra Civil (1918-1920); general Pilsudski — ditador da Polónia que em 1920 desencadeou e comandou operações militares contra a Rússia Soviética no âmbito da intervenção estrangeira (N. da A.).

circunspecção e perspicácia que lhe haviam sido próprias nos tempos de Lenine.

Os novos dirigentes do país, com Iossif Staline na liderança, invocando a situação de emergência, enveredaram, de facto, pela supressão da autogestão económica, tentando ministrar o incremento da economia por métodos administrativos. Como a situação de emergência se prolongou por um período bastante extenso (primeiro, a industrialização e o reforço da capacidade defensiva do país, depois, a difícil guerra contra a Alemanha nazi, a reconstrução da economia arruinada e devastada por essa guerra, mais tarde, a necessidade de acabar a todo o custo com o monopólio nuclear dos EUA e de estabelecer a paridade estratégico-militar), o abandono (iniciado em 1927-1928) do modelo da economia socialista elaborado por Lenine transformou-se em tendência contínua e progressiva. Mais: o sistema administrativo de gestão converteu-se em organismo em evolução autónoma, organismo que passou a aglutinar cada vez mais supra-estruturas e atributos, formando gerações inteiras de gerentes económicos e funcionários do Partido e, naturalmente, dando à luz um sistema de conceitos teóricos correspondentes.

A interpretação da produção mercantil como algo rudimentar e estranho à propriedade social, algo que por isso deve ser consequentemente suprimido, transformou-se numa espécie de máxima. Toda a história da civilização humana evidencia, contudo, que, primeiro, o desenvolvimento das forças produtivas e o nível de socialização da produção são os factores determinantes do tipo de sistema económico e, segundo, a produção mercantil e o mercado funcionavam perfeitamente sob domínio das formas mais variadas de propriedade nos diversos sistemas sócio-económicos. A produção mercantil é, sob esse ponto de vista, um dos produtos da civilização humana, tal como o são também as forças produtivas ou a cultura material e intelectual da Humanidade.

PERSPECTIVAS DAS RELAÇÕES MERCANTIS NO SOCIALISMO

Tal atitude leva à conclusão de que os sistemas económicos vigentes na União Soviética e nas potências capitalistas industrializadas, a despeito de todas as diferenças existentes nas respectivas infra-estruturas, se baseiam

em última análise, num único modo tecnológico de produção. Ou melhor dizendo, ambos começam a optar (embora a ritmo diferente) por um novo modo tecnológico de produção na base de sistemas automáticos integrais, cujos elementos essenciais são a informática e a electrónica. Daí a semelhança de requisitos que as forças produtivas apresentam em ambos os casos ao modo de produção.

A necessidade do mercado na presente fase histórica de desenvolvimento das forças produtivas da Humanidade reside no facto de o mercado, por intermédio dos seus preços, fornecer às entidades económicas informações expeditas e relativamente exactas sobre os gastos socialmente necessários do trabalho e sobre a qualidade socialmente necessária de matérias-primas, produtos semifabricados e artigos acabados (ou serviços) em que cada uma dessas entidades está interessada. Os mecanismos do mercado desempenham nesse processo as funções de supercomputador que, num espaço de tempo concreto, processa uma quantidade colossal de dados isolados e fornece informações sintetizadas sobre o mercado não só local ou nacional, mas também (em muitos casos) sobre o mundial.

A experiência mostra que nenhuns métodos matemáticos de elaboração de planos óptimos para a economia baseados em normas de gastos e padrões de qualidade estabelecidos a priori, podem calcular a quantidade óptima do trabalho socialmente necessário, já que essa quantidade está sujeita a mudanças permanen-

Os móveis, tal como outros produtos de amplo consumo, despertam o interesse dos visitantes de feiras-exposições.



MUNDO INTERNA

tes. Qualquer esquema (por mais circunstanciado que seja) de repartição da quantidade total do trabalho necessário para produzir um artigo, uma vez impingido por via directiva, tende a conservar o nível qualitativo existente numa dada oficina, fábrica, união de produção, sector ou em toda a economia, ou significa que esse nível é planeado «às apalpadelas».

Querá isso dizer que toda a direcção da economia pode ser confiada ao mercado? Claro que não. Os seus mecanismos espontâneos têm deficiências bastante graves. Não podem, por exemplo, garantir a estabilidade dos preços e das relações tecnológicas, tão necessária à grande produção; engendra por vezes desproporções territoriais na distribuição das forças produtivas, tendência susceptível de ter perigosas consequências económicas e sociais; provoca em determinadas circunstâncias crises de superprodução, e assim por diante.

Além disso, os mecanismos do mercado não estão em condições de controlar a distribuição proporcional dos valores que não estão directamente envolvidos na produção social mas que ganham cada vez mais importância para a sociedade no processo de evolução da civilização humana. Trata-se da saúde pública, do ensino, da cultura intelectual, do equilíbrio ecológico, das pesquisas fundamentais nos ramos que estão à margem da produção material.

Dai que o crescente papel do trabalho mental, o incremento da cultura intelectual, o impacto cada vez maior que o Homem exerce sobre o meio ambiente e outros processos similares

imponham objectivamente a necessidade de complementar as funções de controlo desempenhadas implicitamente pelo mercado com mecanismos de regulamento deliberado dos processos económicos.

Tal ajuste, no capitalismo, está a cargo de grandes companhias, por um lado, e do Estado, por outro. Importa referir que o regulamento deliberado dos processos económicos não substitui, em ambos os casos, o mercado mas aproveita as leis deste.

Uma combinação do regulamento planificado com os mecanismos do mercado (naturalmente, sob outras formas e com objectivos sociais diferentes) aparece objectivamente necessária também no socialismo, e por um período histórico bastante prolongado. A diferença essencial reside em que o Estado socialista, ao garantir um nível elevado de protecção social dos trabalhadores, só admite a liberdade de acção do mercado dentro dos limites que excluem qualquer forma de exploração de mão-de-obra assalariada, o desemprego em massa e outros vícios sociais próprios do capitalismo.

Quais as perspectivas? Parece que a linha-mestra passa por uma combinação entre o plano e o mercado, em actualização continua, em que os organismos do plano sejam responsáveis pela elaboração da estratégia económica geral, o cálculo dos indicadores essenciais de desenvolvimento, o controlo dos mecanismos espontâneos do mercado e o ajuste permanente do seu funcionamento. Estes organismos poderiam assumir gradualmente as funções de cálculo da quantidade socialmente necessária do trabalho num dado momento, funções que por ora permanecem na competência exclusiva do mercado. As vantagens que a propriedade social e o respectivo sistema de distribuição em si encerram poderão ser aproveitadas em pleno com a massificação da informática na economia, visto que só no âmbito deste sistema é que o cálculo e o controlo computadorizado podem estar isentos dos vícios sociais próprios dos mecanismos espontâneos do mercado.

Sintetizando, o caminho conducente a uma maior eficiência da economia socialista passa, tanto hoje como num futuro mais ou menos próximo, pelo aproveitamento global dos mecanismos positivos do mercado, e não pela sua supressão.

Da revista «Rabotchi Klass i Sovremennii Mir»
(A Classe Operária e o Mundo Contemporâneo)

A Indústria de Moscovo, na tradicional feira-exposição, ofereceu à rede comercial local estas casas de Verão pré-fabricadas, a preços muito económicos.



N.B.

N.B.

DHP

MUNDO INTERNA

MIMPOT.